

**WETZEL S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2011**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Wetzel S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Senador Felipe Schmidt, 228, CEP 89201-440.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comercialização de componentes para instalações elétricas e peças especiais sob encomenda para indústria em geral, obtidos através do processo de fundição de alumínio, além da industrialização, exportação e comercialização de produtos fundidos de ferro, destinados à indústria automobilística, agrícola, eletrodomésticos e transmissão de energia elétrica.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2012.

No contexto de seus negócios, apesar do crescimento nas vendas o lucro líquido obtido no exercício foi muito abaixo das metas traçadas.

Buscando restaurar a competitividade e a rentabilidade da Companhia, a administração vem atuando fortemente no desenvolvimento e implantação de um novo modelo de gestão que garanta resultados consistentes e duradouros.

A iniciativa inclui o redesenho organizacional e o ajuste dos orçamentos em todas as áreas da empresa, buscando redução nos custos indiretos de fabricação, bem como medidas administrativas e comerciais que garantam os resultados operacionais. Os planos estão sendo alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia, com a participação do Conselho de Administração em todo o processo decisório.

**NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

**a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações

financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

#### **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

### **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2011	31/12/2010
Foundry Engineers	USA	100,00%	100,00%
Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda	Brasil	60,00%	60%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela

controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

- e) Destaque da participação dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado.

### **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **3.3 Compensação Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### **3.4 Conversão de Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

- b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

### **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

### **3.6 Ativos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

#### **Reconhecimento e mensuração:**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

### **3.7 Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros

efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

### **3.8 Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

### **3.9 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento foram registradas pelo custo. Por tratarem-se apenas de terrenos, não são amortizadas. Na data de transição às normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) a Companhia apurou o valor justo desses ativos e considerou esse valor como o custo atribuído dos mesmos.

### **3.10 Imobilizado**

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **3.11 Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

### **3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham seus valores alterados por “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

### **3.13 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

### **3.14 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **3.17 Benefícios a Empregados**

#### **a) Obrigações com Aposentadoria**

A Companhia possui planos de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, e reconhece o valor como despesa de benefícios a empregados, não tendo nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

#### **b) Participação nos Lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente negociado com os representantes dos trabalhadores e de conhecimento do sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais internas.

### **3.18 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### **3.19 Reconhecimento da Receita de Vendas**

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “impairment” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.
- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do impostos de renda e da contribuição social;

### **3.21 Subvenções Governamentais**

Subvenções governamentais, inclusive subvenções não monetárias a valor justo, somente são reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as



condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Uma subvenção governamental é reconhecida em base sistemática como receita ao longo do período que é confrontada com as despesas que pretende compensar.

#### **NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não efetuou aplicações em caráter especulativo ou em derivativos neste exercício, tais como os transacionados no mercado futuro, a termo, de opções de swap, ou quaisquer outras modalidades de instrumentos financeiros que dependem do preço de outros ativos, e que representem risco de perda para a Companhia.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes àquelas praticadas no mercado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

##### **. Risco de Crédito**

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

##### **. Risco com Taxa de Juros**

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### **. Risco de Exposição Cambial Líquida**

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 1.143 mil, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

#### **. Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros**

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

##### **Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>Com ajuste de 25% no câmbio</b>	<b>Com ajuste de 50% no câmbio</b>
	<b>R\$ Mil</b>	<b>R\$ Mil</b>	<b>R\$ Mil</b>
<b>Ativos</b>			
Clientes no Mercado Externo	1.610	2.013	2.415
Caixa/Bancos - Moeda Estrangeira	5.083	6.354	7.625
Derivativos	<b>6.693</b>	<b>8.367</b>	<b>10.040</b>
<b>Passivos</b>			
Dívida Bancária	8.837	11.046	13.256
Derivativos			
Outros Passivos	<b>8.837</b>	<b>11.046</b>	<b>13.256</b>
<b>Exposição Líquida - R\$ Mil</b>	2.144	2.679	3.216
<b>Exposição Líquida - US\$ Mil</b>	1.143	1.143	1.143
<b>Taxa Dólar</b>	1,8758	2,3448	2,8137

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

## NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora	31/12/11			31/12/10		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes	1.717	6.232	7.949	3.037	5.430	8.467
Clientes		27.059	27.059		31.326	31.326
Dep. Judiciais trabalhistas		721	721		103	103
Dep. Judiciais tributários		1.136	1.136		3.214	3.214
<b>Total</b>	<b>1.717</b>	<b>35.148</b>	<b>36.865</b>	<b>3.037</b>	<b>40.073</b>	<b>43.110</b>

  

Controladora	31/12/11			31/12/10		
		Outros Passivos Financeiros	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores		16.359	16.359		12.704	12.704
Empréstimos e Financ.		54.232	54.232		60.606	60.606
Arrend. Financeiros		775	775		743	743
<b>Total</b>		<b>71.366</b>	<b>71.366</b>		<b>74.053</b>	<b>74.053</b>

  

Consolidado	31/12/11			31/12/10		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes	1.717	6.638	8.355	3.337	5.917	9.254
Clientes		27.059	27.059		31.326	31.326
Dep. Judiciais trabalhistas		721	721		103	103
Dep. Judiciais tributários		1.136	1.136		3.214	3.214
<b>Total</b>	<b>1.717</b>	<b>35.554</b>	<b>37.271</b>	<b>3.337</b>	<b>40.560</b>	<b>43.897</b>

  

Consolidado	31/12/11			31/12/10		
		Outros Passivos Financeiros	Total		Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores		16.695	16.695		12.812	12.812
Empréstimos e Financ.		55.576	55.576		60.606	60.606
Arrend. Financeiros		4.296	4.296		743	743
<b>Total</b>		<b>76.567</b>	<b>76.567</b>		<b>74.161</b>	<b>74.161</b>

## NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	8	3	9	3
Bancos Conta Movimento	1.141	1.788	1.546	1.853
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	5.083	3.639	5.083	4.061
Aplicação Financeira	1.717	3.037	1.717	3.337
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>7.949</b>	<b>8.467</b>	<b>8.355</b>	<b>9.254</b>

As aplicações financeiras estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e em Operações Compromissadas com seu rendimento atrelado ao CDI.

## NOTA 7 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber de Clientes Interno	25.449	30.037	25.449	30.037
Contas a Receber de Clientes Externo	1.610	1.289	1.610	1.289
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>27.059</b>	<b>31.326</b>	<b>27.059</b>	<b>31.326</b>
Adiantamentos a fornecedores	801	829	812	1.665
Adiantamentos a funcionários	1.883	770	1.890	770
Outros Créditos	4.094	1.122	4.195	1.227
<b>Parcela Circulante</b>	<b>33.837</b>	<b>34.047</b>	<b>33.956</b>	<b>34.988</b>
<b>Parcela Não Circulante</b>				
Total a Receber de Clientes	27.059	31.326	27.059	31.326
Total dos Demais Créditos	6.778	2.721	6.897	3.662
<b>Total Geral</b>	<b>33.837</b>	<b>34.047</b>	<b>33.956</b>	<b>34.988</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/10	31/12/2011	31/12/2010
<b>Aging List Contas a Receber de Clientes</b>				
Vencidos	1.505	2.118	1.505	2.118
A vencer em até 3 meses	24.888	28.297	24.888	28.297
A vencer mais de 3 meses	31	98	31	98
Cambiais a embarcar	635	813	635	813
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>27.059</b>	<b>31.326</b>	<b>27.059</b>	<b>31.326</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/2011	31/12/2010
<b>Contas a Receber por Tipo de Moeda</b>				
Reais	25.449	30.037	25.449	30.037
US\$	1.112	928	1.112	928
Euros	498	361	498	361
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>27.059</b>	<b>31.326</b>	<b>27.059</b>	<b>31.326</b>

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado, em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

## NOTA 8 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos Acabados	4.188	3.630	4.639	3.630
Produtos em Elaboração	2.569	2.191	2.569	2.191
Matéria-Prima	1.928	2.688	2.119	2.688
Materiais Consumo Produção	3.131	2.501	3.159	2.501
Revenda	1.405	1.226	1.405	1.226
Outros Estoques	1.708	1.902	1.710	1.902
<b>Total dos Estoques</b>	<b>14.929</b>	<b>14.138</b>	<b>15.601</b>	<b>14.138</b>

## NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS a Recuperar		226		226
IPI a Recuperar	544	449	608	449
Pis/Cofins a Recuperar	273	254	542	254
IRRF a Compensar		38	3	38
ICMS CIAP a Compensar	903	2.443	916	2.443
IRPJ a Compensar	177	1.435	177	1.435
CSLL a Compensar	81	554	81	554
Outros Impostos	99	31	99	31
<b>Total</b>	<b>2.077</b>	<b>5.430</b>	<b>2.426</b>	<b>5.430</b>

## NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos em Sociedades Controladas	1.003	910		
Propriedades para Investimento	14.141	16.848	14.141	16.848
Outros Investimentos	86	86	86	86
<b>Total de Investimentos</b>	<b>15.230</b>	<b>17.844</b>	<b>14.227</b>	<b>16.934</b>

### 10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação nessas empresas:

#### Controladora

		Patrimônio		Resultado		% de Equivalência		Valor do	
Nome	País	Ativos	Passivos	Líquido	Receitas	do Período	Participação	Patrimonial	Investimento
Em 31 de dezembro de 2010									
Foundry Engineers	USA	527	38	489	400	(3)	100,00%	(3)	489
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	Brasil	1.283	113	1.170		(132)	60,00%	(79)	421
		1.810	151	1.659	400	(135)		(82)	910
Em 31 de dezembro de 2011									
Foundry Engineers	USA	471	42	428	267	(109)	100,00%	(109)	428
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	Brasil	6.323	5.364	959	3.610	(910)	60,00%	(546)	575
		6.794	5.406	1.387	3.877	(1.019)		(655)	1.003

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

### 10.2 Propriedade para Investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Terrenos	14.141	16.848	14.141	16.848
<b>Total</b>	<b>14.141</b>	<b>16.848</b>	<b>14.141</b>	<b>16.848</b>

Movimentação da conta no período

<b>Controladora e Consolidado</b>	
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>16.848</b>
Baixa por venda de imóvel	(2.707)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>14.141</b>

O valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2.011 é de R\$ 14.141 mil.

## NOTA 11 - IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas médias de depreciação conforme laudo		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>									
Custo	16.610	11.901	89.425	3.935	502	20.694	1.918	9.993	154.978
Depreciação Acumulada		(4.772)	(37.683)	(2.495)	(319)	(12.199)	(1.184)		(58.652)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>16.610</b>	<b>7.129</b>	<b>51.742</b>	<b>1.440</b>	<b>183</b>	<b>8.495</b>	<b>734</b>	<b>9.993</b>	<b>96.326</b>
Adições			1.800	178	116	201	139	11.418	13.852
Transferências		14	12.578	22	7	957	3	(13.581)	
Baixas			(23)		(11)		(26)	(162)	(222)
Depreciação		(412)	(6.374)	(184)	(9)	(1.124)	(129)		(8.232)
Baixas da Depreciação									
<b>Saldo Final</b>	<b>16.610</b>	<b>6.731</b>	<b>59.723</b>	<b>1.456</b>	<b>286</b>	<b>8.529</b>	<b>721</b>	<b>7.668</b>	<b>101.724</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>									
Custo	16.610	11.915	103.780	4.135	614	21.852	2.034	7.668	168.608
Depreciação Acumulada		(5.184)	(44.057)	(2.679)	(328)	(13.323)	(1.313)		(66.884)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>16.610</b>	<b>6.731</b>	<b>59.723</b>	<b>1.456</b>	<b>286</b>	<b>8.529</b>	<b>721</b>	<b>7.668</b>	<b>101.724</b>
Adições			517	192	55	204	351	7.943	9.262
Transferências	1.049	77	5.209	25		3.958	23	(10.518)	(177)
Baixas			(353)	(5)				(15)	(373)
Depreciação		(412)	(5.699)	(194)	(100)	(1.432)	(288)		(8.125)
Baixas da Depreciação			215	3		103			321
<b>Saldo Final</b>	<b>17.659</b>	<b>6.396</b>	<b>59.612</b>	<b>1.477</b>	<b>241</b>	<b>11.362</b>	<b>807</b>	<b>5.078</b>	<b>102.632</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>									
Custo	17.659	11.992	109.153	4.347	669	26.014	2.408	5.078	177.320
Depreciação Acumulada		(5.596)	(49.541)	(2.870)	(428)	(14.652)	(1.601)		(74.688)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>17.659</b>	<b>6.396</b>	<b>59.612</b>	<b>1.477</b>	<b>241</b>	<b>11.362</b>	<b>807</b>	<b>5.078</b>	<b>102.632</b>
<b>Consolidado</b>									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas médias de depreciação conforme laudo		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>									
Custo	16.610	11.901	89.425	3.935	502	20.694	1.918	9.993	154.978
Depreciação Acumulada		(4.772)	(37.683)	(2.495)	(319)	(12.199)	(1.184)		(58.652)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>16.610</b>	<b>7.129</b>	<b>51.742</b>	<b>1.440</b>	<b>183</b>	<b>8.495</b>	<b>734</b>	<b>9.993</b>	<b>96.326</b>
Adições			1.800	178	116	201	139	11.488	13.922
Transferências		14	12.578	22	7	957	3	(13.581)	
Baixas		(57)	(23)		(11)		(26)	(162)	(279)
Depreciação		(355)	(6.374)	(184)	(9)	(1.124)	(129)		(8.175)
Baixas da Depreciação									
<b>Saldo Final</b>	<b>16.610</b>	<b>6.731</b>	<b>59.723</b>	<b>1.456</b>	<b>286</b>	<b>8.529</b>	<b>721</b>	<b>7.738</b>	<b>101.794</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>									
Custo	16.610	11.858	103.780	4.135	614	21.852	2.034	7.738	168.621
Depreciação Acumulada		(5.127)	(44.057)	(2.679)	(328)	(13.323)	(1.313)		(66.827)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>16.610</b>	<b>6.731</b>	<b>59.723</b>	<b>1.456</b>	<b>286</b>	<b>8.529</b>	<b>721</b>	<b>7.738</b>	<b>101.794</b>
Adições			5.226	196	55	903	351	8.771	15.502
Transferências	1.049	77	5.209	25		4.028	23	(10.588)	(177)
Baixas			(353)	(5)				(843)	(1.201)
Depreciação		(412)	(6.050)	(194)	(100)	(1.436)	(288)		(8.480)
Baixas da Depreciação			215	3		103			321
<b>Saldo Final</b>	<b>17.659</b>	<b>6.396</b>	<b>63.970</b>	<b>1.481</b>	<b>241</b>	<b>12.127</b>	<b>807</b>	<b>5.078</b>	<b>107.759</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>									
Custo	17.659	11.935	113.862	4.351	669	26.783	2.408	5.078	182.745
Depreciação Acumulada		(5.539)	(49.892)	(2.870)	(428)	(14.656)	(1.601)		(74.986)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>17.659</b>	<b>6.396</b>	<b>63.970</b>	<b>1.481</b>	<b>241</b>	<b>12.127</b>	<b>807</b>	<b>5.078</b>	<b>107.759</b>

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (“*deemed cost*”), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Os bens integrantes do imobilizado da empresa estão em garantia do Programa REFIS e quando financiados garantem os próprios financiamentos.

Do total da depreciação lançadas no resultado de dezembro de 2011 (R\$ 8.125 mil), R\$ 7.434 mil estão no CPV e R\$ 691 mil nas despesas administrativas/comerciais.

#### **Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação**

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo:

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “*in loco*” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

#### **NOTA 12 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS**

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total, em 31.12.2011 das reavaliações efetuadas é de R\$ 1.833 mil (R\$ 2.261 mil em 31.12.2010) líquido das parcelas já realizadas por depreciação e/ou alienação que foram



transferidas para a conta de Lucros (Prejuízos) Acumulados. O montante realizado durante o ano foi de R\$ 593 mil (R\$ 635 mil em 2010).

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

### NOTA 13 - INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Programas de Computador</u>	<u>Total</u>	<u>Programas de Computador</u>	<u>Total</u>
<b>Taxas anuais de amortização</b>	<b>20%</b>		<b>20%</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>				
Custo	1.263	1.263	1.263	1.263
Amortização Acumulada	(707)	(707)	(707)	(707)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>556</b>	<b>556</b>	<b>556</b>	<b>556</b>
Adições	684	684	684	684
Amortização	(279)	(279)	(279)	(279)
<b>Saldo Final</b>	<b>961</b>	<b>961</b>	<b>961</b>	<b>961</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Custo	1.947	1.947	1.947	1.947
Depreciação Acumulada	(986)	(986)	(986)	(986)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>961</b>	<b>961</b>	<b>961</b>	<b>961</b>
Adições	86	86	189	189
Baixas				
Transferências	177	177	177	177
Amortização	(324)	(324)	(339)	(339)
<b>Saldo Final</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>988</b>	<b>988</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>				
Custo	2.210	2.210	2.313	2.313
Depreciação Acumulada	(1.310)	(1.310)	(1.325)	(1.325)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>988</b>	<b>988</b>

### NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis e imobilizados, não sendo identificadas perdas por “impairment”.

## NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	16.359	12.704	16.695	12.812
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>16.359</b>	<b>12.704</b>	<b>16.695</b>	<b>12.812</b>
Obrigações Sociais	12.438	11.006	12.489	11.011
Obrigações Tributárias	5.155	5.483	5.196	5.483
Adiantamentos de Clientes	287	629	287	629
Outras Contas a Pagar	5.950	5.876	6.060	5.915
<b>Parcela Circulante</b>	<b>40.189</b>	<b>35.698</b>	<b>40.727</b>	<b>35.850</b>
Obrigações Tributárias	81.231	82.447	81.231	82.447
<b>Parcela Não Circulante</b>	<b>81.231</b>	<b>82.447</b>	<b>81.231</b>	<b>82.447</b>
Total a Pagar a Fornecedores	16.359	12.704	16.695	12.812
Total de Outras Contas a Pagar	105.061	105.441	105.263	105.485
<b>Total Geral</b>	<b>121.420</b>	<b>118.145</b>	<b>121.958</b>	<b>118.297</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Aging List Contas a Pagar</b>				
Vencidos	290	16	290	16
A vencer 30 dias	9.435	9.291	9.748	9.373
A vencer de 30 a 60 dias	3.113	3.115	3.136	3.128
A vencer de 60 a 90 dias	2.131	215	2.131	228
A vencer acima de 90 dias	1.390	67	1.390	67
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>16.359</b>	<b>12.704</b>	<b>16.695</b>	<b>12.812</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Contas a Pagar por Tipo de Moeda</b>				
Reais	16.359	12.704	16.695	12.812
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>16.359</b>	<b>12.704</b>	<b>16.695</b>	<b>12.812</b>

## NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Circulante</b>						
<b>Modalidade</b>	<b>Taxa Média</b>	<b>Garantia</b>				
Finame	Taxas Pré fixadas de 4,5% aa até taxas pós fixadas de 13% aa	Alienação Fiduciária	4.093	3.717	4.093	3.717
Financ.Fabricante	VC + 6% aa	Alien.Fiduc./NP	496	654	496	654
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,6% aa	Imóveis e Máquinas	2.693	2.584	2.693	2.584
Capital de Giro	VC + 6,7% aa	Máquinas	1.009	939	1.009	939
FINEP	5,25% aa	Imóveis, Aval	482	31	482	31
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária	327	397	327	397
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	2.816	4.741	2.816	4.741
BNDES-Exim	7% aa	Máquinas		3.854		3.854
Mútuo	4% a 6,483% aa + VC Euro				50	
Leasing	6,483% aa + VC Euro	Alienação Fiduciária			526	
Capital de Giro	17,459% aa				1.007	
<b>Total do Circulante</b>			<b>11.916</b>	<b>16.917</b>	<b>13.499</b>	<b>16.917</b>

<b>Não Circulante</b>						
<b>Modalidade</b>	<b>Taxa Média</b>	<b>Garantia</b>				
Finame	Taxas Pré fixadas de 4,5% aa até Taxas Pós fixadas de 13% aa	Alienação Fiduciária	11.094	13.268	11.094	13.268
Financ.Fabricante	VC + 6% aa	Alien.Fiduc./NP	171	606	171	606
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,6% aa	Imóveis e Máquinas	2.232	4.652	2.232	4.652
Capital de Giro	VC + 6,7% aa	Máquinas	2.295	2.901	2.295	2.901
FINEP	5,25% aa	Imóveis, Aval	2.688	2.088	2.688	2.088
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária	448	346	448	346
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	19.180	17.968	19.180	17.968
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval	4.983	2.602	4.983	2.602
Mútuo	4% a 6,483% aa + VC Euro				287	
Leasing	6,483% aa + VC Euro	Alienação Fiduciária			2.995	
<b>Total do Não Circulante</b>			<b>43.091</b>	<b>44.431</b>	<b>46.373</b>	<b>44.431</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>55.007</b>	<b>61.348</b>	<b>59.872</b>	<b>61.348</b>

			Controladora		Consolidado	
			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Por Data de Vencimento</b>						
Em até 6 meses			5.914	6.113	7.134	6.113
De 6 meses a 1 ano			6.002	7.946	6.439	7.946
De 1 a 2 anos			16.266	20.008	18.160	20.008
De 3 a 5 anos			10.673	11.021	11.988	11.021
Acima de 5 anos			16.152	16.260	16.151	16.260
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>55.007</b>	<b>61.348</b>	<b>59.872</b>	<b>61.348</b>

			Controladora		Consolidado	
			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Por Tipo de Moeda</b>						
Reais - R\$			51.035	56.248	51.035	56.248
Dólar Norte-Americano - US\$			3.304	3.910	3.304	3.910
Euro - EUR			668	1.190	5.533	1.190
Franco Suíço - CHF						
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>55.007</b>	<b>61.348</b>	<b>59.872</b>	<b>61.348</b>

			Controladora		Consolidado	
			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Por Indexação</b>						
Taxas Pré-Fixadas			13.390	11.970	14.397	11.970
Taxas-Pós Fixadas			41.617	49.378	45.475	49.378
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>55.007</b>	<b>61.348</b>	<b>59.872</b>	<b>61.348</b>

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC e BNDES.

## NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
IRPJ - Estimativa		1.435		1.435
CSLL - Estimativa		554		554
IRPJ à compensar	177		177	
CSLL à compensar	81		81	
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>258</b>	<b>1.989</b>	<b>258</b>	<b>1.989</b>
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	3.493	3.423	3.493	3.423
CSLL - Crédito Tributário Diferido	1.215	1.161	1.215	1.161
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>4.708</b>	<b>4.584</b>	<b>4.708</b>	<b>4.584</b>

  

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
IRPJ sobre diferenças temporárias	9.251	9.344	9.251	9.344
CSLL sobre diferenças temporárias	3.330	3.363	3.330	3.363
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>12.581</b>	<b>12.707</b>	<b>12.581</b>	<b>12.707</b>

### 17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora e Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Imobilizado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>3.694</b>	<b>890</b>	<b>4.584</b>	<b>969</b>	<b>11.738</b>	<b>12.707</b>
Constituição dos Tributos		346	346	346		346
Baixa dos Tributos		(222)	(222)	(295)	(177)	(472)
<b>Em 31 de dezembro 2011</b>	<b>3.694</b>	<b>1.014</b>	<b>4.708</b>	<b>1.020</b>	<b>11.561</b>	<b>12.581</b>

Para fins de manutenção dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa foi efetuado estudo de viabilidade de geração de lucros tributáveis futuros. Esse estudo foi analisado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora, prevendo sua realização conforme quadro abaixo:

<b>Previsão de realização</b>	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>
2.012	2.935
2.013	759

## 17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

<b>Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Constituição IRPJ		596
Constituição CSLL		184
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	164	255
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	86	(15)
<b>IRPJ/CSLL do Resultado do Período</b>	<b>250</b>	<b>1.020</b>

## NOTA 18 – PROVISÕES

A Companhia figura como parte em ações judiciais perante tribunais envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração monitora essas ações judiciais e os processos administrativos mediante assessoria jurídica interna e externa. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, mantém provisionado o montante de R\$ 397 mil (R\$ 415 mil em 2010), julgado como suficiente para cobrir as perdas potenciais.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>415</b>	<b>415</b>	<b>415</b>	<b>415</b>
Depósitos Judiciais Relacionados	104	104	104	104
<b>Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>311</b>	<b>311</b>	<b>311</b>	<b>311</b>
Constituição de provisões	247	247	247	247
Reversão de provisões	(265)	(265)	(265)	(265)
Provisões utilizadas				
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>397</b>	<b>397</b>	<b>397</b>	<b>397</b>
Depósitos Judiciais Relacionados	103	103	103	103
<b>Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>294</b>	<b>294</b>	<b>294</b>	<b>294</b>

## NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

### 19.1 Transações com Controladas

Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda

<b>Passivo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Fornecedores</b>		<b>Outras Contas a Pagar</b>	
<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
	3		
	3		
<b>Resultado (Receitas)</b>		<b>Resultado (Despesas)</b>	
<b>Receita de Vendas</b>		<b>Custos das Vendas</b>	
<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
		(2.461)	
		(2.461)	

As Operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses valores foram eliminados conforme os critérios apresentados na nota 3.1

## 19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 2.827 mil, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2011. O montante pago até 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.549 mil.

## NOTA 20 – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel S.A. informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PRINCIPAL</b>	<b>MULTA</b>	<b>JUROS</b>	<b>TOTAL</b>
IPI	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
<b>TOTAL</b>	<b>34.632</b>	<b>7.240</b>	<b>26.965</b>	<b>68.837</b>
<b>(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL</b>				<b>(12.380)</b>
<b>VALOR DO REFIS</b>				<b>56.457</b>

O saldo em 31.12.2011 apresenta-se da seguinte forma:

Valor original	56.457
Encargos calculados pela TJLP	54.643
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(26.619)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>84.481</b>

A Companhia reconheceu R\$ 2.779 mil, em 31.12.2011, como atualização do referido programa.

### **Projeções**

Considerando projeções conservadoras, sem previsão de crescimento real das vendas, sustentada nas bases atuais de R\$ 21.821 mil mês, TJLP de 6% ao ano e inflação de 6,5% ao ano, acusam a liquidação da dívida do REFIS num prazo de 227 meses, a contar desta data.

### **Valor Presente**

Respaldados nas projeções acima, de inflação de 6,5% ao ano, e crescimento das vendas igual à inflação, ou seja, sem crescimento real, as quais projetam a liquidação do REFIS em 227 meses, o fluxo de caixa sobre a parcela de 1,2% do faturamento, descontado a valor presente, a uma taxa de juros reais de 6% ao ano, aponta para um valor de R\$ 35.741 mil.

### **Capacidade Financeira**

A performance operacional obtida neste exercício assegura a continuidade do enquadramento da empresa no programa do REFIS, haja vista tratar-se de empresa lucrativa, e que os prejuízos acumulados devem-se tão somente à alta taxa de encargos financeiros incidentes no passado, e que hoje se encontram equacionadas por conta da renegociação das dívidas.

Outro importante fator foi o enquadramento, em 30/04/2008, de seu projeto de expansão no Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, de acordo com a Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005. Em 21/05/2009 a empresa conseguiu novo Regime Especial para o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC conforme contrato 034/08.

Tal incentivo trata-se de postergação de pagamento do ICMS, equivalente a um percentual sobre o valor incremental do imposto que vier a ser gerado pelo projeto.

### **NOTA 21 - PARCELAMENTOS LEI 11.941/09 E MP 470/09**

Com o intuito de aproveitar os benefícios proporcionados pela Lei nº 11.941/09 e MP nº 470/09, a empresa optou por parcelar alguns tributos que vinha discutindo junto a Receita Federal. Em

29/06/2011 a Secretaria da Receita Federal consolidou estas obrigações no valor de R\$ 515 mil, com vencimento final em abril/2012, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 216 mil.

## **NOTA 22 - CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ mil 47.147 é formado de 20.580 mil ações, sendo 6.860 mil ações ordinárias e 13.720 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

## **NOTA 23 – RECEITAS DE VENDAS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Vendas Mercado Interno	274.132	261.088	274.132	261.088
Vendas Zona Franca de Manaus	1.101	179	1.101	179
Revenda no Mercado Interno	18.187	16.055	18.187	16.055
Vendas Mercado Externo	8.084	12.383	8.351	12.783
Outras Vendas	1.980	1.881	1.994	1.881
Vendas Intercompanhia				
(-) Deduções da Vendas Intercompanhia				
(-) Devoluções e Abatimentos	(5.291)	(4.256)	(5.291)	(4.256)
(-) Impostos sobre as Vendas	(64.443)	(61.780)	(64.444)	(61.780)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>233.750</b>	<b>225.550</b>	<b>234.030</b>	<b>225.950</b>

## **NOTA 24 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre Capital de Giro	642	209	649	209
Juros sobre Financiamentos	5.735	7.471	5.978	7.471
Variação Cambial	1.285	456	1.921	456
Outras Despesas	3.641	2.842	3.873	2.846
<b>Total de Despesas</b>	<b>11.303</b>	<b>10.978</b>	<b>12.421</b>	<b>10.982</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Variação Cambial	1.349	609	1.694	609
Aplicações Financeiras	224	298	238	298
Outras Receitas	1.191	130	1.192	134
<b>Total de Receitas</b>	<b>2.764</b>	<b>1.037</b>	<b>3.124</b>	<b>1.041</b>
<b>Resultado Acumulado</b>	<b>(8.539)</b>	<b>(9.941)</b>	<b>(9.297)</b>	<b>(9.941)</b>



## NOTA 25 – DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Salários	56.566	30.340	56.821	30.340
Gastos Trabalhistas/Previdenciários	15.624	10.450	15.696	10.450
<b>Total</b>	<b>72.190</b>	<b>40.790</b>	<b>72.517</b>	<b>40.790</b>
Número de Empregados	1.673	1.600	1.693	1.612

## NOTA 26 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Sistema de Participação no Resultado a seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas.

## NOTA 27 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

### Resultado por Ação

#### Numerador

##### Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(618)	(487)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(309)	(244)
	<b>(927)</b>	<b>(731)</b>

#### Denominador (em milhares de ações)

Quantidade de ações preferenciais emitidas	13720	3430
Quantidade de ações ordinárias emitidas	6860	1715
<b>Total</b>	<b>20580</b>	<b>5145</b>

#### Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)

Ação preferencial	-0,0450	-0,1420
Ação ordinária	-0,0450	-0,1423

## NOTA 28 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados em 31 de dezembro de 2011 cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação e montam em R\$ 58.000 mil, com vigência de 14/04/2011 à 14/04/2012.

## NOTA 29 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2010	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>101.785</b>	<b>86.533</b>	<b>37.632</b>		<b>225.950</b>
Receita entre Segmentos					-
<b>Receita de Clientes</b>	<b>101.785</b>	<b>86.533</b>	<b>37.632</b>	<b>-</b>	<b>225.950</b>
Depreciação e Amortização				(7.063)	(7.063)
Receitas Financeiras				1.041	1.041
Despesas Financeiras				(10.982)	(10.982)
Provisão IRPJ e CSLL Diferidos				1.020	1.020
<b>Prejuízo do exercício</b>				<b>(784)</b>	<b>(784)</b>
<b>Ativo Imobilizado e Intangível</b>				<b>102.755</b>	<b>102.755</b>
<b>Ativo Total</b>				<b>194.928</b>	<b>194.928</b>
O Ativo Inclui:					
Investimentos em Coligadas					-
Adições ao Imobilizado				12.404	12.404
<b>Passivo Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>194.928</b>	<b>194.928</b>
Em 31 de dezembro de 2011	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>111.888</b>	<b>83.073</b>	<b>39.069</b>		<b>234.030</b>
Receita entre Segmentos					-
<b>Receita de Clientes</b>	<b>111.888</b>	<b>83.073</b>	<b>39.069</b>	<b>-</b>	<b>234.030</b>
Depreciação e Amortização				(8.819)	(8.819)
Receitas Financeiras				3.124	3.124
Despesas Financeiras				(12.421)	(12.421)
Provisão IRPJ e CSLL Diferidos				250	250
<b>Lucro do exercício</b>				<b>(1.291)</b>	<b>(1.291)</b>
<b>Ativo Imobilizado e Intangível</b>				<b>108.747</b>	<b>108.747</b>
<b>Ativo Total</b>				<b>196.884</b>	<b>196.884</b>
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado				15.502	15.502
<b>Passivo Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>196.884</b>	<b>196.884</b>

### NOTA 30 – CRÉDITOS ELETROBRÁS

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 referente ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição de valores referentes a crédito de correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás.

Em 2010 a Companhia encerrou a discussão jurídica que vinha mantendo com a empresa **Recupere Serviços de Cobrança Ltda.**, conforme Instrumento Particular de Transação firmado em 20/12/2010, reconhecendo em favor desta o direito de propriedade equivalente a 55% do montante restituível do crédito, ajustando assim, os valores da provisão ao seu valor recuperável. Conforme despacho de execução de sentença emitido em 11/03/2011, o valor a receber foi ajustado conforme quadro abaixo:

Saldo provisionado em 31/12/2010	2.930
Crédito passível de recebimento (final em 11/03/2011)	12.853
Parcela equivalente a 45% do seu montante (Wetzel S/A)	5.784
Honorários advocatícios (20%)	(1.157)
Saldo provisionado em 31/12/2011 - líquido dos honorários	4.627

Os valores demonstrados estão contabilizados da seguinte forma:

- Ativo não circulante (Eletrobrás) R\$ 5.784 mil
- Passivo não circulante (Provisão honorários) R\$ 1.157 mil.

### **NOTA 31 – CONTINGÊNCIAS**

A empresa figura em feito executivo, tendo como contraparte a Fazenda Nacional, sendo que, a lide correspondente ao processo nº 0000254-03.2010.404.7201/SC em trâmite perante a Justiça Federal R\$ 41.265 mil, através do qual, o ente administrativo pretende cobrar valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre operações que a administração e seus assessores jurídicos julgam como não tributável ou dedutível.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 1.925 mil, cujo o risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

As contingências tributárias estão relacionados principalmente as discussões judiciais relativas as Contribuições Sociais do PIS, COFINS e da CSLL e previdenciárias com o INSS.

### **NOTA 32 – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Referem-se a reclamações trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	103	104
Depósitos Judiciais - Outros	618	249
PRODEC	-	2052
Previdenciário-FAP	<u>1136</u>	<u>913</u>
<b>Total</b>	<b>1857</b>	<b>3318</b>